

PDS se instala e aprova documentos

BRASÍLIA (O GLOBO) — O presidente Figueiredo será o primeiro a assinar o livro de fundação do Partido Democrático Social, hoje, depois da cerimônia que, às 14h30m, no Congresso Nacional, marcará a instalação do partido que dará apoio parlamentar ao Governo.

O presidente do PDS, senador José Sarney, anunciará os nomes dos 11 integrantes da Comissão Nacional provisória do partido. Além dele próprio, compõem a lista os ministros Golbery do Couto e Silva, da Casa Civil, Abi-Ackel, da Justiça, Delfim Netto, do Planejamento, os senadores Jarbas Passarinho, Luís Viana Filho e Amaral Peixoto, e os deputados Prisco Viana, Néilson Marchezan, Flávio Marçillo e Ricardo Flúza.

Ainda hoje, às 16 horas, o PDS se reunirá no auditório da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, para aprovação de seu programa e estatutos. A próxima etapa será a designação das comissões regionais provisórias. Os principais articuladores do PDS deverão, para isso, se deslocar para seus Estados já na próxima semana, a fim de iniciar as composições com as correntes políticas locais.

OPRESIDENTE

Segundo o subassessor de Imprensa do presidente, Alexandre Garcia, ele fez questão de ser o primeiro a assinar o

livro "para dar uma prova clara de que o PDS será o partido do Governo, com a responsabilidade de levar adiante a reforma política". Disse ainda Garcia que Figueiredo percorrerá a pé os 500 metros que separam o Palácio do Planalto da Câmara. O único discurso programado é o do senador Sarney, e se o presidente falar, será de improviso.

A tarde, o presidente concederá audiências ao governador de Minas Gerais, Francisco Pereira, ao da Paraíba, Tarcísio Burty, e ao ministro do Exterior, Saraiva Guerreiro.

NOS ESTADOS

Segundo um dirigente do PDS, a situação do partido na maioria dos Estados é tranquila. As disputas mais difíceis, disse, serão no Pará, entre o senador Jarbas Passarinho e o governador Alcides Nunes, no Ceará, entre o governador Virgílio Távora, o ex-governador Adauto Bezerra e o ministro Cesar Cals, e em Pernambuco, entre o senador Indreito Aderbal Jurema, o deputado Ricardo Flúza e o ex-governador Nilo Coelho.

Só após o carnaval os coordenadores do PDS voltarão a Brasília para providenciar a publicação no "Diário Oficial" do manifesto, programa e estatutos, solicitar o registro provisório ao Tribunal Superior Eleitoral e lançar o bloco parlamentar.

Passarinho: Segurança nacional perde primazia

BRASÍLIA (O GLOBO) — "A segurança nacional volta ao seu grau normal, no quadro da pacificação da família brasileira, com a anistia e todas as suas consequências, o que não lhe permite a preponderância, mas apenas sua garantia, através dos instrumentos de salvaguarda à segurança do Estado, sem afetar a do cidadão".

A declaração é do líder do Governo no Senado, Jarbas Passarinho, ao comentar a repercussão de sua entrevista, anteriormente, sobre a segurança nacional. Ele lembrou que, já no final do Governo Geisel, as Assessorias de Informação do serviço público foram desativadas através de decreto secreto.

Passarinho reafirmou que o seu pensamento é o mesmo da Conferência de Puebla, que "condenou a idolatria do capitalismo, do socialismo e da segurança nacional, a nível de ideologia".

No entanto — acrescentou — não se conclua daí que defendo um Estado protegido. Ao contrário, ele deve estar apto para sua defesa e eficaz contra a ação revolucionária das minorias ressentidas. Pertenci a Governos revolucionários que enfrentaram o auge da guerrilha como fase de luta. Era importante, como condução de Governo, a prioridade conferida à segurança e, ainda assim, lançou-se o binômio "Segurança e Desenvolvimento".

Para o líder parlamentar do governo, o programa do Partido Democrático So-

cial (PDS) "não pode alçar a segurança à condição de dogma, da mesma maneira que não se pode entregar o Estado desarmado à ação revolucionária contestadora". Ele não admitiu, entretanto, a desmobilização dos aparelhos de segurança e informação como consequência desse seu posicionamento.

São coisas distintas que não se confundem. São órgãos necessários à defesa do Estado, como o SNI, tribunais, a Lei de Segurança Nacional. Não desejo o Estado despreparado para a sua defesa, mas defendendo a conciliação das garantias e franquias individuais com a ação dos órgãos encarregados da segurança, concluiu.

estão mais preocupados com seus salários". A declaração, feita num gabinete a poucos metros de onde se encontrava Delfim Netto, é do senador Tancredo Neves.

Tancredo disse ainda que estranhou ver o manifesto do PDS assinado pelo presidente Figueiredo e seu ministro econômico, "pois normalmente é a Oposição que cria problemas para o Governo solucionar — agora, é o próprio Governo que cria um programa que não poderá cumprir".

Delfim é a favor da co-gestão

BRASÍLIA (O GLOBO) — O ministro do Planejamento, Delfim Netto, disse ontem, em entrevista no Congresso Nacional, que aceita totalmente a co-gestão, nos termos em que está colocada no manifesto do PDS, "pois é uma medida importante do ponto de vista econômico-social".

Delfim disse ainda que concorda inteiramente com a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, proposta contida no manifesto do PDS, e lembrou que já existem dois mecanis-

mos em funcionamento nesse sentido: o PIS e o Papep.

O ministro ressaltou ainda "a extraordinária qualidade do trabalho apresentado, pela sua coerência e adequação a um partido como o PDS" e anunciou que, mais tarde, fará algumas observações pessoais quanto à redação e as encaminhará à comissão.

TANCREDO

"A co-gestão não sensibiliza os trabalhadores brasileiros que, realista-

Serviços Públicos chegam a Baixada de Jacarepaguá

Os que já moram na Baixada de Jacarepaguá e aqueles que ali pretendem residir devem ter dado um largo suspiro de alívio ao lerem na edição do GLOBO de 24/01/80, na página 11, que no próximo dia 6 de fevereiro será realizada a primeira de uma série de concorrências destinada a construção da adutora de água que irá abastecer toda aquela área.

Toda a via 11 e mais a baixada, da esquina da Via 11 com a Av. Alvorada, junto ao Carrefour e Nova Ipanema até o Village do Pontal no Pontal de Sernambetiba estarão servidos pelos 40 quilômetros de tubulação de água. Já existem fontes sinais de que será providenciada iluminação pública, canalização de esgotos e, mais tarde, ali deverá chegar gás canalizado.

CAMINHO NATURAL

Os primeiros vendedores de imóveis que lançaram seus olhos para a Barra da Tijuca e a Baixada de Jacarepaguá se utilizaram da expressão Caminho Natural para atrair as atenções dos compradores e investidores. Diziam eles, mostrando o sentido do crescimento da Zona Sul, que para além de Copacabana, Ipanema e Leblon, existia a Barra e, mais tarde, a baixada. E parece que a profecia publicitária deu inteiramente certo. O Rio, realmente, caminha para lá. E já está chegando bastante longe, até o Pontal de Sernambetiba que se liga facilmente à clássica Zona Sul pela Av. das Américas e está próxima de Santa Cruz na direção oposta. Evidentemente, estes lançamentos imobiliários foram feitos pela iniciativa privada e os que ali colocaram as suas esperanças foram os particulares. Aliás é sempre assim que acontece. Primeiro vão os exploradores abrindo caminho. Depois, um grupo maior de pessoas acredita. Finalmente a autoridade pública chega para colocar a infra-estrutura necessária destinada a oferecer o conforto essencial e suprir as necessidades básicas. Esta é a hora que acaba de chegar.

VERDE & AZUL

Toda a Baixada de Jacarepaguá é uma explosão de verde e azul. Estas cores, céu, mar e mata, aliados a uma quase total ausência de poluição ambiental foram os chamarizes principais para a caminhada em direção ao local.

PROTEÇÃO

Antes mesmo de iniciar as grandes obras públicas em benefício da Baixada de Jacarepaguá, o Governo resolveu, premido pelo grito dos urbanistas, se prevenir contra os erros cometidos na clássica Zona Sul. Deste modo acabou sendo criado o Plano Lúcio Costa que impediu a construção de paredes de concreto, ferro e vidro e todas as edificações que são levantadas no lugar seguem aquela diretriz. Haverá ar para todos, paisagem, diminuição substancial do barulho e lá, a calma e a paz reinarão para todo o sempre.

Aprovação unânime para as sugestões

A concessão de incentivos fiscais às empresas que aderirem espontaneamente ao sistema da co-gestão — participação dos empregados em sua administração — poderá fazer parte do programa do Partido Democrático Social, que será divulgado hoje.

Os pareceres das quatro subcomissões encarregadas de elaborar o programa foram concluídos em menos de 24 horas e aprovados ontem à tarde, por unanimidade. Ontem mesmo, a subcomissão de redação começou a analisar os pareceres, que serão consolidados num só documento.

A sessão plenária para discussão e aprovação dos pareceres e de projeto de estatutos do PDS, presidida pelo senador José Sarney, durou menos de uma hora. O ministro do Planejamento, Delfim Netto, assistiu a leitura do parecer da subcomissão de Assuntos Econômicos.

O parecer do deputado Paulo Lustosa já estava pronto e o ministro, depois de elogiá-lo, disse que tinha apenas alguns pequenos acréscimos a fazer, mas nada substantivo. Em seguida, dirigiu-se, acompanhado dos demais membros da subcomissão, ao auditório da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Também o projeto dos estatutos do partido foi aprovado por unanimidade, com algumas emendas apresentadas pelo deputado estadual gaúcho Cicero Viana e representantes do setor jovem do PDS. Em seguida, Sarney convocou nova reunião para hoje, às 10h, quando será lido, discutido e votado o texto definitivo do programa.

ASSUNTOS POLÍTICOS

O PDS consagrará, como postulados básicos, a reforma e a transformação, para a realização plena da democracia social através da não-violência e da paz. Assim começa o parecer da subcomissão de Assuntos Políticos, que acolheu praticamente todas as normas doutrinárias contidas no manifesto de lançamento do partido, divulgado semana passada.

Segundo o parecer, deve ser assegurada a legitimidade da representação política, alcançada no exercício livre, independente e consciente do voto secreto, na periodicidade dos mandatos, na rotatividade dos partidos no poder, respeitada a pluralidade doutrinária e ideológica.

O partido deverá defender os Direitos Humanos, a liberdade de imprensa, o direito de greve e os princípios democráticos "fundamentais". Além disso, será estimulada a "ampla e permanente divulgação das idéias dos partidos e de seus respectivos candidatos, através do seu acesso aos canais de divulgação, promovendo a propaganda eleitoral gratuita".

O Poder Legislativo, ainda de acordo com o parecer, deve ser valorizado como "a maior das criações dentre as instituições liberais".

POLÍTICA ECONÔMICA

O objetivo da política econômica — diz o parecer do deputado Paulo Lustosa — será a melhoria dos padrões de bem-estar social para todos os brasileiros, indistintamente.

A dimensão, a natureza e as opções abertas ao capital estrangeiro serão condicionados

"à prevalência dos interesses nacionais". E a empresa estatal ocupará apenas os segmentos de produção de bens públicos ou que envolvam a segurança nacional. A empresa privada nacional terá vigoroso apoio, objetivando ampliar seu nível de eficiência.

O desmembramento dos latifúndios improdutivos, o manejo de minifúndios, e apoio técnico, crédito, e de infra-estrutura ao produtor rural; a tributação progressiva das terras desocupadas; e a destinação de terras pertencentes à União para programas de colonização deverão ser amplamente incentivados.

O sistema financeiro deverá ser reestruturado, para corrigir os níveis excessivos de apropriação de resultados, reduzir a especulação e democratizar o acesso ao crédito. O partido defenderá também uma política de distribuição de renda e de emprego.

AREA SOCIAL

Também a subcomissão de Assuntos Sociais defende a co-gestão, a liberdade sindical e de associação, salário justo, e seguro-desemprego, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e a garantia do poder aquisitivo dos salários. Sugere ainda a implantação de uma política de fundos sociais que assegure a participação do trabalhador em sua gestão, assim como prioridade ao acesso acionário das empresas.

Outros pontos programáticos propostos pela subcomissão: a reorganização do espaço urbano e estímulo à aplicação crescente das leis de uso do solo, a redivisão territorial e a melhoria das condições de vida.

A subcomissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia propõe que o Estado defenda a cultura brasileira contra o risco de sua desfiguração por valores culturais importados.

Para distribuir a cultura — sugere o parecer — o Estado deve estimular a utilização dos instrumentos que oferece a sociedade industrial. Os meios de comunicação de massa devem ser compreendidos como elementos de difusão cultural, a serviço do bem comum. Não será admitida a censura prévia à palavra escrita, à imprensa ou ao livro. O teatro e o cinema poderão sofrer censura classificatória, por faixas etárias. Considerando-se a natureza do veículo, justifica-se a censura não-política, ressalvada a ordem constitucional, ao rádio e à televisão, sobretudo nos horários em que se presume maior audiência infantil e juvenil.

O estímulo à prática de esportes, a garantia de acesso à educação para todos os brasileiros, em todos os níveis; a melhoria da qualidade do ensino; a assistência médica e a suplementação alimentar ao estudante carente; o incentivo à escola particular sem fins lucrativos e ao ensino profissionalizante; a liberdade de manifestação política aos membros da universidade; o respeito aos órgãos representativos criados por lei; a liberdade de associação para estudantes e professores, em qualquer nível; e o fornecimento gratuito de livros didáticos a todos os estudantes carentes são outros sugeridos.

Rio Branco, esquina de Comércio Exterior.

Um dos principais segredos do bom comércio é a localização. E o comércio exterior não foge a essa regra. Ou melhor, não foge do centro do Rio. Ou melhor ainda: o comércio exterior fica todo em torno da Avenida Rio Branco, 45, exatamente onde lançamos o Edifício Comercial Rio Branco. Com seu escritório neste endereço, você tem a menos de 500 metros todas as empresas ou os serviços importantes ligados ao comércio exterior. São salas, conjuntos ou andares dotados do maior conforto e segurança e a preços de fechar negócio na hora.

Colunas 01, 02 e 03
sala 201
preço total
Cr\$ 1.880.000,00
sinal
Cr\$ 37.600,00
escritura
Cr\$ 94.000,00
9 mensais de
Cr\$ 4.700,00.
Entrega em
9 meses.

Instale seu escritório no Edifício Comercial Rio Branco. Você estará na esquina do melhor mercado do mundo.

João Fortes Engenharia



- 1 Banco Central
- 2 BNDE
- 3 Centro Comercio do Café
- 4 Ministério da Indústria e Comércio
- 5 BRADESCO
- 6 IBC
- 7 Bank of London
- 8 Docas de Santos
- 9 Empresas de Navegação Despachantes Aduaneiros
- 10 Agentes de Navegação
- 11 BRASPETRO
- 12 CACEX
- 13 Banco Europeu
- 14 Banco Francês e Italiano
- 15 Banco da América do Sul
- 16 Banco do Brasil
- 17 CITIBANK
- 18 Bank of Tokyo

Edifício Comercial Rio Branco
Av. Rio Branco, esquina de Visconde de Inhaúma.

Corretores no local: Avenida Rio Branco, 45.

db
JULIO BOGORICH IMÓVEIS
tels. Rio (021) 292-1122
São Paulo (011) 258-9333